

As Faces Históricas do Trabalho: como se Constróem as Categorias

Maria A. Ciavatta Franco

Gaudêncio Frigotto

Universidade Federal Fluminense (UFF)

A descoberta de que a crise do capitalismo não descreve automaticamente o socialismo foi certamente traumática. É agora claro que a "expropriação dos expropriadores", por si só, pode produzir uma sociedade não capitalista, mas não necessariamente uma sociedade desejável.

E.J. HOBSBAWN

Sintetiza algumas das dimensões discutidas na pesquisa sobre trabalho-educação "Fontes alternativas de história da educação no Brasil". Partindo da perspectiva de que os conceitos e as categorias para serem compreendidos implica entendê-los como produtos historicamente construídos, analisa, no interior das relações sociais capitalistas, a questão da escola do trabalho e da centralidade do trabalho.

Introdução

Este texto sumaria algumas questões que nos instigam e nos impelem a dar continuidade a um longo processo de investigação de mais de dez anos de estudo sobre o tema trabalho e educação. Nele exploramos duas questões principais: primeiro, a discussão atual da centralidade da categoria trabalho e, segundo, a Escola do Trabalho através de fontes documentais escritas, história oral e fotografias.

O formato da pesquisa nos permitiu avançar naquilo que chamamos de as faces históricas do trabalho ou como se constroem as categorias. Sim, porque as categorias não são classificações arbitrárias. Elas como que emanam da vida, elas se descolam da realidade em que os homens estão imersos como parte constitutiva e constituinte. As categorias são produto da imensa perplexidade que o ser humano vive diante dos caminhos tortuosos de sua própria ação.

Este trabalho pretende ser uma contribuição à historicização da categoria trabalho nas inúmeras faces com que ela se apresenta. E estas são tantas quantas são as formas de se poduzir a existência. As duas questões básicas da pesquisa, a centralidade da categoria trabalho e a escola do trabalho, e as fontes diversificadas ou alternativas com que pesquisamos o tema, contribuem para que a discussão destas categorias esteja apoiada no chão da história, o pouco que os seres humanos registram de sua passagem pelos caminhos que eles mesmos constroem.

A temática do trabalho, no Brasil e na América Latina, na sua relação como os processos educativos, tem merecido uma crescente preocupação em termos de investigações, debates e publicações. Essa ênfase se dá sobretudo na década de 70, num contexto de profundas mudanças da base técnica do trabalho, determinadas pelas transformações tecnológicas com base, especialmente, na microeletrônica, microbiologia, engenharia genética e novas fontes de energia. Soma-se a esse quadro a profunda crise do modelo de desenvolvimento industrial, forjado no Brasil, a partir de 1930.

Na delimitação deste objeto de estudo, centrado na relação trabalho e educação, numa perspectiva histórica, destacamos dois objetivos centrais: Primeiro, nos propomos a analisar a mudança que se processa na sociabilidade capitalista e seu profundo impacto no conteúdo do trabalho, na divisão do trabalho e sua relação com os processos de formação e de conhecimento.

Essas mudanças, no mundo acadêmico, conduziram a um conjunto de análises onde se questiona a centralidade da categoria trabalho e seu poder explicativo dos processos sociais em curso no mundo contemporâneo.

Segundo, examinamos a idéia de Escola do Trabalho, que tem origem no contexto da Revolução Industrial e toma forma tanto na sociedade liberal burguesa, quanto na sociedade socialista após a Revolução de 1917. Em um primeiro momento, nos detemos em recuperar suas diversas fontes de inspiração: os socialistas utópicos, o marxismo, os primeiros educadores socialistas russos e sua vertente liberal, que deu origem ao movimento da Escola Nova. No segundo momento, selecionamos textos (fontes primárias, fontes secundárias antigas, entrevistas transcritas), prosseguimos no trabalho de identificação das fotografias e elaboramos algumas categorias específicas da Escola do Trabalho e de sua transformação em escola profissional ou industrial no Brasil, através das fontes documentais dos anos 20 a 50. Complementarmente, foi elaborado um índice remissivo da tese "O trabalho como princípio educativo — Uma investigação teórico-metodológica (1930-1960)", cuja documentação deu origem à presente pesquisa.

A Escola do Trabalho no contexto da industrialização

A escola tradicional sempre pretendeu educar separando o homem dirigente dos produtores, separando os que estavam destinados ao conhecimento da natureza e da produção, daqueles a quem eram entregues as tarefas de execução. Para Gramsci, muitos séculos se passaram até que se recuperasse, pelo menos, teoricamente,

a perspectiva unitária da formação do homem político e produtor ao mesmo tempo; isto é, se chegaria a uma perspectiva social concreta na qual o produtor, liberado da unilateralidade e restrição de seu ofício particular, pudesse converter-se de novo em político (Manacorda, 1981, p. 12).

E isto somente foi possível quando o trabalho produtivo alcançou uma dimensão intelectual, quando essa perspectiva foi se concretizando pelo desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, do conhecimento, da ciência como uma força produtiva.

Foi aí que se originou o grande sonho de uma formação completa para todos, conforme queriam os utopistas do Renascimento, Comenius com seu grande sonho de regeneração social e, principalmente, os socialistas utópicos da primeira metade do século XIX. De modo especial, foram Saint-Simon, Robert Owen e Fourier que levantaram o problema de uma formação completa para os produtores. Finalmente, Karl Marx extrai das próprias contradições da produção social a necessidade de uma formação científico-tecnológica.

Mas o fato é que a indústria moderna coloca o trabalhador no interior de uma produção que incorpora a alta ciência ao mesmo tempo que, pela simplificação operacional do processo de trabalho, o reduz a simples acessório da máquina. O parcelamento e a fragmentação da atividade fabril não lhe deixa, sequer, o conhecimento gerado no nível dos ofícios da produção artesanal, que pode ser um conhecimento bem menos complexo, mas é global.

A solução imposta pela indústria moderna diante, de um lado, do alto conhecimento científico-tecnológico, permanentemente renovado e, de outro, da abundância e do "desperdício" de trabalhadores permanentemente preparados e superados pelas mudanças tecnológicas, é a preparação técnica, unilateral, parcial do trabalhador, a qual se opõe a uma visão do trabalho como princípio educativo, isto é, de produtores "omnilateralmente desenvolvidos", capazes de transformar a natureza, dominar o conhecimento do processo de trabalho e decidir sobre seu uso social (Manacorda, 1981, p.13).

É, pois, nesta relação entre política e educação ou sociedade e educação, entre produtores e dirigentes, entre trabalho e educação ou entre trabalho e conhecimento, que deve ser o eixo de compreensão do trabalho como princípio educativo.

Mas este processo não se dá apenas na escola, nem, basicamente, na escola. A escola é somente uma das mediações. Como vimos, anteriormente, é nas relações imediatas do trabalho produtivo e nas relações mediatas da política que ocorrem os embates capital e trabalho e o fazer-se trabalhador. Quer nos parecer que esse é o *locus* mais visível

da educação pelo trabalho, seja no sentido político, como movimento que oscila nas duas direções: como educação pelo trabalho na sua negatividade, enquanto submissão e expropriação do trabalho, quanto na sua positividade enquanto espaço de luta, conhecimento e transformação das mesmas condições.

O que se observa é que, à medida que a escola adquire a finalidade de preparar para as exigências da produção capitalista, ela assume, também, as exigências da ordem social desenvolvida nos processos de trabalho, tais como disciplina, exatidão, submissão física, técnica e moral, cumprimento estrito dos deveres, pontualidade, contenção corporal e afetiva. Ela assume os deveres impostos pela produção, através dos mecanismos do Estado, e relega a segundo plano, sob mil artifícios ideológicos, o direito à educação que fundamenta as demandas da sociedade civil.

A Escola do Trabalho, nas suas formas históricas, deve ser pensada no contexto da sociedade capitalista, que tem na indústria a alavanca do desenvolvimento de suas forças produtivas e que se organiza segundo a divisão social do trabalho e das classes sociais.

A industrialização como um processo que envolve a produção de bens em unidades empresariais que utilizam a manufatura, um avanço progressivo da tecnologia e da divisão técnica do trabalho, uma introdução de medidas organizacionais que elevem a produtividade, o assalariamento e a conseqüente formação de uma classe trabalhadora urbana teve início no Brasil neste século, embora desde fins do século passado houvesse algumas centenas de estabelecimentos industriais nos setores hoje chamados tradicionais.

Dentro desse quadro, o processo em curso supunha o crescimento das indústrias básicas (metalurgia, mecânica, material elétrico, transporte, indústrias químicas e farmacêuticas), que tomariam a dianteira em face das indústrias tradicionais (têxtil, vestuário, calçados, produtos alimentares, bebidas, fumo, mobiliário). Embora o peso da agricultura continuasse preponderante, a evolução ocorria no sentido do fortalecimento da indústria.

A industrialização teria, assim, ocorrido a partir dos anos 30, enquanto do início da república até os anos 20 teria havido apenas crescimento industrial.

A diferença estaria em que o simples crescimento industrial, apesar da rápida expansão de algumas indústrias, não acarreta modificações estruturais profundas na economia, enquanto a industrialização, ao contrário, implica modificações desse tipo, tornando-se a indústria o setor líder de crescimento da economia (Baer, 1985, p.29).

Do ponto de vista da educação, essa distinção é importante. Ela permite compreender melhor a diferença qualitativa entre as propostas de preparação profissional das escolas profissionais masculinas, das "escolas do trabalho", que vêm dos anos 20 e subsistem em processo de transformação nos anos 30, e os novos rumos deste tipo de educação, que vai culminar com a criação do Senai e das escolas técnicas federais nos anos 40. O que é possível perceber um processo que se move lentamente rumo a uma sociedade diferente, com base em novos valores, gerando uma outra proposta de educação, aquela que viria preparar para o trabalho na indústria, dentro de uma nova ordem, gerada pela acumulação do capital.

Mas, como adverte Angela de Castro Gomes, estudando as relações de trabalho no período pós-1930, seria simplificar a questão tratá-la em termos de planejamento de uma política industrialista. A burguesia industrial e urbana enfrentava os efeitos da depressão econômica internacional. Não se podia mais preservar o modelo econômico da República Velha. Embora a política econômica do período mantenha a defesa das atividades agrárias, particularmente o café, novas preocupações são incorporadas ao jogo político (Gomes, 1979).

No contexto dos fatos e das idéias que circunscrevem a Revolução de 1930, adquirem relevo a questão da organização do trabalho e a questão da educação. Trata-se da construção de um Estado-Nação, onde se prevê a criação de um sistema nacional de ensino que deve se articular com a organização do trabalho, conforme os objetivos declarados na Plataforma da Aliança Liberal, lida pelo chefe do Governo Provisório em 2 de janeiro de 1930 (Vargas, 1993, p.1; 1938, p. 15-54).

A regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem, a partir desse momento, "os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania. Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal". O comprovante jurídico do contrato de trabalho mediado pelo Estado é a carteira do trabalho ou carteira profissional, que se torna, assim, uma espécie de "certidão de nascimento cívico" pela regulamentação do trabalho.

O período é caracterizado pela ação do poder público, de intervenção do Estado e centralização do poder, processo que vai se aprofundando até a crise de 1935 e o golpe do Estado Novo em novembro de 1937. Ao lado da tentativa de implementar o nacionalismo econômico e a acumulação do capital nacional, empreende-se uma política operária no sentido de encaminhar a "questão social" pela administração da relação capital e trabalho e dos conflitos de classes (Santos, 1979, p.75-76; Ianni, 1971).

Se nos anos 20, o Estado respondia às ondas grevistas dos trabalhadores a partir de uma dupla ação, repressiva e regulatória, onde tem destaque a ação repressiva; se a legislação sobre as relações de trabalho, insistentemente reivindicada pelos trabalhadores, era restrita e, quando existia, não se concretizava, nos anos 30, elas serão objeto permanente de ação do governo e de controle progressivo dos trabalhadores (Fausto, 1988; Rodrigues, 1984).

O discurso reiterado pelo Governo Vargas resgata a preocupação com a educação do homem brasileiro e com o trabalho, como temas de "salvação nacional". O trabalho e suas instituições estão presentes em muitos dos discursos de Vargas, ora associado ao tema da educação, ora tratado em seu desdobramento nas leis trabalhistas e previdenciárias, ora considerado do ponto de vista da economia, da indústria e dos empresários (Franco, Simon, 1987).

A questão da Escola do Trabalho no Brasil tem duas vertentes de aproximação: a existência de escolas que introduziam o trabalho como atividade modeladora, educativa em sentido amplo e a discussão sobre como deveriam ser essas "escolas do trabalho", em face das necessidades

da sociedade industrial brasileira. Em relação ao primeiro aspecto, logramos uma maior aproximação com três escolas onde obtivemos algumas fontes documentais: documentos escritos, entrevistas com alguns ex-alunos, ex-professores ou ex-funcionários e fotografias. São as escolas. os atuais Colégio Técnico Estadual e Visconde de Mauá, Colégio Técnico Estadual Henrique Lage e Colégio Estadual João Alfredo.

Para os intelectuais dos anos 20 e 30, educadores e outros profissionais preocupados com as questões da educação, primeiro esta deveria perder sua característica "beletrista", "abstrata", "intelectualista", a "semicultura do verbalismo"; segundo, as atividades práticas e o trabalho deveriam constituir o novo princípio educativo que viria recuperar a escola para as necessidades futuras do país. Na concepção desta escola, tanto estão presentes os elementos da "escola do trabalho" capitalista, dos reformadores europeus e americanos, quanto das escolas de inspiração socialista. Umas e outras incluem e suscitam a discussão sobre a inclusão do trabalho na forma de trabalhos manuais, de atividades práticas, de preparo técnico, de atividades ligadas aos processos produtivos e à industrialização.

Na história da educação brasileira, Celso Suckow da Fonseca assinala que a atividade educativa institucionalizada foi muito tardia, comparada à da Europa e à de toda a América Latina. Mas quando ela existiu — com exceção dos colégios jesuítas que tinham uma missão religioso-educativa — foi, também, para a difusão das "artes e ofícios", que eram as atividades de "indústria" ou "industriais", no sentido de adestramento nas atividades manuais (Fonseca, 1986, p.147).

Cruzavam-se, nesses processos, a organização do trabalho social necessário ao capitalismo industrial incipiente no país e o sistema de aprendizagem de ofícios com a finalidade de "amparar" menores órfãos e abandonados. Resgatava-se, assim, o princípio da moral cristã, que considera o trabalho como atividade que recupera e dignifica o homem e o previne do vício, e a ideologia liberal do trabalho como valor que gera o progresso nacional.

É na convergência das idéias do trabalho manual para ocupar as mãos e do preparo profissional para se tornar um homem produtivo que é criada a rede de Escolas de Aprendizes Artífices pelo governo federal e

as Escolas Profissionais (Masculinas e Femininas) pelos estados. A atual Escola Técnica Estadual Henrique Lage teve origem numa escola dessa natureza, a Escola Profissional Washington Luiz, fundada em Niterói, num bairro essencialmente proletário, o Barreto, em 23 de dezembro de 1923, pela Escola Técnica Fluminense. Posteriormente, em 1931, a Escola Profissional Visconde de Moraes, que se achava em "estado de decadência", foi incorporada pelo Governo Provisório à Escola Profissional Washington Luiz, que passou a denominar-se Escola do Trabalho do Rio de Janeiro, denominação que permaneceu até 1941, quando passou a se chamar Escola Profissional Henrique Lage, como homenagem do e governador do Estado ao industrial Henrique Lage (Thomaz. 1985).

A idéia da Escola do Trabalho, mesmo nas suas acepções mais formativas, teria sofrido a influência decisiva das ambigüidades do ideário liberal. Sob o discurso e algumas práticas convergentes para o pleno desenvolvimento dos educandos, prevaleceram os interesses da produção e o sentido de uma educação voltada para as classes desfavorecidas, destinadas ao trabalho manual. A ênfase é posta no ensino, na preparação técnica ou profissional diretamente orientada para as necessidades da indústria. Tratava-se, claramente, de melhorar "os processos científicos do trabalho", de "ministrar a educação técnica aos que não podem, nem poderão trilhar o caminho que os levaria ao ensino superior", de "transformar a juventude de hoje na numerosa e diligente coorte de produtores de amanhã" (Moraes, 1926, p.213).

É preciso notar que a educação profissional também não se destaca, no período, pelo aspecto quantitativo, mas pela idéia da Escola do Trabalho que permeia as preocupações educacionais da época. Mas, naquele momento, os segmentos empresariais que necessitavam de mão-de-obra preparada para as novas ocupações e os setores técnicos do governo já desenvolviam experiências de "formação profissional" de trabalhadores, a exemplo das experiências de ensino profissional ligadas às estradas de ferro, que viriam, posteriormente, dar forma ao subsistema de educação técnica. Tomaria forma uma Escola do Trabalho que substituiria, gradativamente, o assistencialismo pelo "preparo técnico" necessário à produção industrial.

No início do Estado Novo, Vargas reafirma as idéias levadas adiante pelo Governo Provisório, quanto à educação e ao "preparo técnico" e à remodelação do aparelho educacional de estabelecimentos de ensino profissional. Seu discurso expressa, em nova linguagem, o sentido que o ensino industrial passaria a ter, a perspectiva do trabalho e da educação para a formação de uma nova nacionalidade. Caberia ao governo regular, controlar e fiscalizar o ensino e as profissões através de novas instituições e administrar os conflitos e as crises em termos de política social.

Na nova cidadania que se gesta, a cidadania regulada pelo trabalho, o "novo" Estado não pode prescindir do trabalhador. Constrói-se uma ética do trabalho. O momento exigia uma "nova" consciência, "a consciência industrial", que se definia em função da ordem social, do progresso nacional e da dignidade do trabalho numa sociedade moderna, a sociedade industrial.

A defesa da Escola do Trabalho no Estado Novo também é moralizadora, disciplinadora e deve levar ao aprendizado da ordem para o trabalho industrial. Mas agora trata-se de um discurso ufanista, onde o trabalho e o trabalhador são revalorizados em função da grandeza da Nação. Assim, o Estado Nacional, pela própria estrutura constitucional, impõe ao país uma feição trabalhista que deve "dar feição nova aos métodos e processos educativos" através das "atividades práticas, num regime de reajustamento econômico, de predisposição manual e de amor ao trabalho" Ela incorpora o discurso liberal da escola ativa ao defender "novos métodos e processos de atividade produtiva": "adapta-se melhor a tendências espontâneas da criança, contribui para democratizar a educação pública e aumentar seu valor como preparação às atividades industriais e agrícolas" (...) "A Escola do Trabalho é, assim, a escola nacionalizadora que nos convém" (Moraes, 1943, p. 100-102).

A educação, agora, pretende ir além da formação de bons hábitos. Implica o culto à nacionalidade, à disciplina, à saúde, ao trabalho, à economia, à moral etc. O Estado Nacional pretende ser uma estrutura totalizante "que penetrasse a natureza integral do homem, considerando todos os planos da vida humana de modo a constituir-se no que deve ser uma técnica de construção do povo" (Figueiredo, 1943, p.43).

A centralidade do trabalho no contexto da crise do capitalismo

O título deste breve ensaio que sintetiza um amplo relatório de pesquisa "As faces históricas do trabalho: como se constroem as categorias" intenta evidenciar que a categoria trabalho (como de resto todas as categorias) assume concretude no plano das relações sociais e, portanto, sua significação efetiva deve ser buscada no tecido histórico distinto de diferentes formações sociais. No item anterior, buscou-se explicitar, sucintamente, como se apresenta a relação trabalho-educação no contexto da gênese da industrialização no Brasil e como a idéia de Escola do Trabalho, desenvolvida primordialmente pelos socialistas utópicos, é apropriada ideológica e praticamente.

A categoria trabalho, num histórico mais geral, como nos tem evidenciado Nosella (1987), assume uma significação de *tripalium*, no plano das relações sociais da sociedade tribal, antiga e feudal (fundadas numa relação escravocrata e servil); de labor na sociedade capitalista, que necessita, no plano das relações econômicas (compra de força de trabalho) e no plano ideológico (idéia de liberdade, igualdade e fraternidade); de trabalhadores duplamente "livres", isto é, que não sejam propriedade de outrem (escravos) e não possuam propriedade e *de poiesis* no contexto da utopia socialista e comunista.

É também no plano das relações sociais concretas que podemos verificar que o trabalho de categoria ontológica, isto é, de definidor do modo humano de existência, criador, portanto, da vida humana, se reduz a dimensões economicistas de "fator de produção", emprego, função, tarefa ou à forma mercadoria, trabalho abstrato ou trabalho alienado.

Neste terceiro item buscamos analisar a base histórica mais ampla, o horizonte teórico e a pertinência dos argumentos da tese da não centralidade do trabalho como categoria explicativa fundamental das relações sociais atuais. Isto se impõe tanto teórica como politicamente já que as análises de maior ênfase no plano educacional das últimas décadas, no Brasil, centram-se na relação trabalho-educação, quer na perspectiva ontológica quer na perspectiva reducionista de mercado de trabalho, trabalho abstrato alienado.

A base histórica sobre a qual se funda a tese da não centralidade do trabalho enquanto categoria fundamental na explicação das relações sociais situa-se no contexto da forma específica que tem assumido o capitalismo avançado a partir dos anos 20 sob o modelo de acumulação e regulação social fordista e neofordista e do colapso, da crise, deste modelo de acumulação. As sociedades de capitalismo tardio, como é o caso do processo industrial do Brasil, têm seu desenvolvimento sob um fordismo periférico.

Mas qual é a especificidade da crise do capitalismo dos anos 70 e 90 em face da crise de caráter estrutural (permanente) do capitalismo? Como nos indica Marx, no capitalismo "a crise não é nada mais do que a maneira violenta de fazer valer a unidade das fases do processo de produção que se tornam autônomas".

O modelo de acumulação e regulação fordista, que na sua fase mais avançada, a partir dos anos 30, se caracterizou por uma estratégia de combinação de produção em grande escala e consumo de massa, envolvendo acordos de estabilidade, ganhos de produtividade, estabilidade e que, por esse caminho, permitiu uma relativa estabilidade, especialmente para os países capitalistas mais avançados, dá sinais de esgotamento desde a década de 60. A crise explicita-se e desenvolve-se num contexto de profundo revolucionamento da base técnica do processo de produção, mediante a microeletrônica acoplada à informatização, à microeletrônica e engenharia genética e novas fontes de energia. Estabelece-se não só uma passagem abrupta de uma tecnologia dura, fixa, para uma tecnologia flexível, como exarceba-se a incorporação de capital morto no processo produtivo.

A especificidade da crise, no plano do sistema global, pode ser sintetizada pela tese básica apontada por Robert Kurz na sua obra *O colapso da modernização — da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Para Kurz a contradição entre o avanço das forças produtivas e os mecanismos de exclusão social nunca foi tão brutal. Pela primeira vez os mecanismos de enfrentamento da crise da acumulação explicitam de forma clara que o aumento da produtividade implica a dispensa de trabalhadores em números absolutos. Ou seja, como

sintetiza Robert Schwarz, no prefácio da obra, "o capital começa a perder a faculdade de explorar trabalho".

A crise de acumulação do capital é explicitada, de forma cada vez mais clara, pela desorganização do mercado mundial e pela luta intercapitalista. A privatização do conhecimento constitui-se, nesse contexto, ao mesmo tempo numa das estratégias para acumular riqueza e poder e numa ameaça à liberdade e à vida humana. A questão ecológica é um indicador claro dessa ameaça, ao lado da integridade do patrimônio genético.

O mecanismo de ajuste para enfrentar a crise de acumulação vem sendo uma reorganização geográfica e política do capitalismo avançado às custas do "terceiro mundo". Kurz nos fala em "sacrifício do terceiro mundo".

Este ajuste tem se caracterizado pelas políticas neoliberais ou neoconservadoras de volta aos mecanismos do mercado.

O ajuste neoconservador explicita-se, em termos de custos humanos representados pelo desemprego estrutural, subemprego, miséria absoluta, fome, epidemia, de forma diferenciada nas diferentes regiões e sociedades. Por ser estrutural, todavia, atinge as próprias economias centrais. Goram indica que "desempleo se ha convertido en la plaga del capitalismo avanzado de los ochenta".

Na América Latina, mesmo observando diferenças relativas, o custo humano da crise é brutal em termos de aumento da miséria absoluta. Como nos aponta Villas, o número de miseráveis absolutos aumentou na América Latina em 70 milhões na década de 80.

No caso brasileiro, o Anuário Estatístico do IBGE (1993) nos traz dados alarmantes, mostrando a concentração brutal de riqueza e de renda e o aumento extraordinário de miséria absoluta. Isto, sem dúvida, é reflexo, de um lado, das formas brutais de expropriação das elites econômicas e políticas do país e, de outro, da estratégia de manutenção desta situação, mediante o endividamento externo. Só na década de 80 o Brasil pagou US\$ 147,5 bilhões em juros e amortizações.

É no contexto da crise do capitalismo, sob a base técnica da microeletrônica associada à informatização, criação de novos materiais e produtos, mediante o avanço da microbiologia e da engenharia genética e de novas fontes de energia, marcados pela apropriação privada e pela exclusão social, que se desenvolve o questionamento da centralidade do trabalho como categoria central para explicar a realidade social atual¹.

A argumentação que embasa a tese de Offe sobre a perda de poder explicativo da categoria trabalho, enquanto expressão fundamental concreta de compreensão da vida social, deriva de um conjunto de enquetes e pesquisas de cunho empírico².

As evidências da crise da sociedade do trabalho, sem dúvidas reais, materializam-se para Offe no crescente desemprego estrutural, subemprego, pela diferenciação interna do processo de trabalho e pela tendência à terceirização da sociedade.

Da crise da sociedade do trabalho, Offe deriva a perda da centralidade do trabalho enquanto categoria explicativa da vida social. Aqui os argumentos se afirmam desde uma explicação de cunho histórico de porque os clássicos, como Marx, Weber, entre outros, tomam o trabalho como categoria central, até o deslocamento atual da pesquisa sociológica para questões do cotidiano. O trabalho tornou-se apenas uma variável dependente de políticas de humanização. Postula, então, que a sociologia deve fundar seu objeto não mais na categoria trabalho e, por extensão, de classe social, mas em novas categorias.

A nova base conceitual apontada por Offe é a teoria da ação comunicativa de Habermas. A teoria da ação comunicativa de Habermas satisfaz a necessidade de buscar, além da esfera do trabalho, as categorias e os conceitos capazes de catalogar as esferas da realidade social, suas estruturas, campos de ação e relações de sentido. Ao se afastar da teoria do conflito social (controversamente) Habermas, constrói a estrutura e a

¹Na pesquisa nos dedicamos a discutir a perspectiva da "não centralidade do trabalho" de Claus Offe, "do fim do trabalho assalariado, da forma mercadoria", portanto, de A. Schaff e R. Kurz. Neste texto nos limitamos a discutir a perspectiva de Offe. ²A Editora Tempo Brasileiro publicou uma coletânea de textos, organizada por O Offe, sob o título *Trabalho e Sociedade — Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989).

dinâmica social das sociedades modernas não como entre os subsistemas de ação objetivante racional, mediatizados pelo dinheiro e pelo poder, e um espaço vital (*lebenswelt*) autodeterminado (*eigensinning*) pelo outro.

A análise da sociedade se deslocaria, dessa forma, da categoria trabalho para o espaço vital, o modo de vida e o cotidiano. Estas seriam as novas categorias mediante as quais a sociologia construiria seu objeto.

A análise de Offe, entre outros aspectos, tem o mérito de trazer ao debate uma problemática teórica e socialmente candente. De outra parte traz elementos de diagnóstico da fase atual do capitalismo, particularmente sobre o trabalho humano, de extrema relevância político-social e, portanto, para os processos educativos que se dão nos diferentes espaços, movimentos e instituições da sociedade. Esse diagnóstico, sobre o qual as evidências são profundas, pode ser explicado, no âmbito do trabalho, pelo que indica Alain Touraine:

A Fere industrielle le travail passait pour le centre du monde. Il catalysait à la fois la vie de gens et la structure de la société. C'est fini: le travail a changé et du coup le "monde du travail", ou ce qu'il en rest, entretient un rapport problématique avec le monde tout court.

As dificuldades e discordâncias com a análise de Offe não residem no diagnóstico, nos dados, no plano fenomênico, portanto, que como nos adverte Kosik, revela e esconde a realidade concreta. Situam-se, justamente, no plano interpretativo — plano de concepção de realidade histórica.

A análise de Claus Offe, com todas as ressalvas positivas anteriormente apontadas para o debate contemporâneo, situa-se dentro de uma concepção de realidade histórica que abandona a perspectiva dialético-materialista³. Mesmo sendo um neofrankfurtiano, ligado, portanto, a uma densa escola de pensamento crítico (teoria crítica),

³Por materialismo, entendemos aqui, na perspectiva de Manacorda (1991, p.97), a expressão imediata da luta contra o ideologismo e a falsa consciência dominante, na realidade, em Marx, trata-se, antes de tudo, de um monismo, que reduz tudo à separação entre matéria e espírito, entre ser e pensamento.

movendo-se dentro de uma determinada perspectiva marxista, suas análises não só ignoram o núcleo fundamental desta perspectiva na temática em questão como reduz as ricas análises de Adorno e Horkheimer.

Como nos aponta Manacorda (1991, p.96-97), Offe é um frankfurtiano que se filia à perspectiva de oposição às categorias econômicas marxianas como elementos fundamentais ordenadores da vida social (as relações de trabalho), deslocando tal fundamentalidade para o plano da política e do sujeito, enfatizando "a família, os negócios, o Estado, a escola, definidos como princípios organizados fundamentais".

A esta perspectiva e a dos neomarxistas ou marxistas envergonhados, Manacorda (1991) lembra: •

Em Marx são sempre os homens — os sujeitos — que entram em relações determinadas entre eles. Faz até sorrir encontrar hoje — em neomarxistas — essa afirmação de Marx como uma descoberta (dos sujeitos) em oposição à "matéria" de Marx. Esses neomarxistas nos admoestam que as crises das instituições e dos processos econômicos são produtos das "intervenções dos homens", e se propõem a elaborar uma "luta de classe das teorias" ou de "reconstruir uma unidade dialética" entre objetividade e subjetividade, entre teoria e coisas práticas. E tudo isso, dizem, para ir além de Marx.

A consequência imediata do abandono das relações sociais de produção material da existência, as relações, portanto, entre os homens, levam Offe a abandonar o sentido mais radical do trabalho — a dimensão ontológica — e a se fixar no reducionismo de aprender o trabalho pelo trabalho assalariado, forma mercadoria, trabalho abstrato e trabalho alienado.

Ao abandonar a dimensão ontológica do trabalho mascara-se, esconde-se, como nos mostra Konder ao expor o pensamento marxiano, que é pelo trabalho que o sujeito humano se compõe e se afirma como sujeito humano, contrapõe-se e se afirma como sujeito, num movimento realizado para dominar a realidade objetiva: modifica o mundo e modifica a si mesmo, produz objetos e, paralelamente, altera sua própria maneira de estar na realidade objetiva e percebê-la. E — o que é fundamental —

faz a sua própria história. Toda a chamada história mundial — assegura Marx — não é senão a produção do homem pelo trabalho humano”⁴.

Parece-nos que esse equívoco de Offe deriva fundamentalmente de sua perspectiva racionalista e funcionalista de compreensão da realidade histórica. A consequência desta perspectiva é confundir o trabalho assalariado e alienado como sendo toda a forma possível de trabalho. De outra parte, tomar a crise do trabalho assalariado e as mudanças históricas da categoria trabalho, antidiluvianas, diria Marx, com a própria crise do trabalho enquanto processo criador e recriador do ser humano.

Parece-nos, todavia, que os argumentos de Offe são bastante frágeis até mesmo no plano dos dados empíricos, dentro da ótica que assume. Mesmo se nos fixarmos numa visão eurocêntrica, nada parece indicar que para as grandes massas de trabalhadores o trabalho entendido como emprego, venda da força de trabalho esteja ausente do espaço vital, do modo de vida, do cotidiano. Pelo contrário, tomando as mesmas fontes — os jornais e periódicos—que Offe se utiliza para concluir que o trabalho não se constitui em categoria sociológica fundamental, podemos concluir que a Europa, em face do desemprego estrutural que a atormenta, especialmente a partir da década de 80, e em face da pressão de desempregados do terceiro mundo que buscam, no primeiro mundo, asilo econômico, vem estruturando uma verdadeira cortina de ferro para proteger postos de trabalho.

Inglaterra tenta se tornar inexpugável. (...) Os britânicos já garantiram o direito de ser o único país a controlar suas fronteiras dentro da Europa unificada. (*O Globo*, 7 jul. 1991).

O trigésimo mês consecutivo de crescimento do desemprego, que atinge agora 2,87 milhões de pessoas (10,1% da força de trabalho), levaram o governo inglês a lançar ontem um pacote econômico... (*Jornal do Brasil*, 1992).

⁴Para um aprofundamento da concepção ontológica do trabalho e para evitar o erro de confundir as mudanças do conteúdo do trabalho, a divisão do trabalho, a gestão do trabalho e, mesmo, a superação do trabalho sob a forma mercadoria de relações sociais com o trabalho em geral como criador da vida humana, sugerimos a leitura de G. Lukács, K. Kosik, L. Konder.

Dias de pânico para moradores ilegais na Alemanha. Cem mil podem ser expulsos pelo nova lei. A Alemanha (fora a ex-RDA, onde até agora praticamente não há imigrantes) recebeu no ano passado quase um milhão de pessoas (*O Globo*, 7 jul.1991).

Alemães ocidentais retrocedem 40 anos. Alemães perguntam se estão velhas e exigem o direito ao trabalho. (*Jornal do Brasil*, 11 ago. 1991).

A paciência dos suíços com os imigrantes acabou em abril de 1987, quando a população aprovou, em plebiscito, uma lei que determina (...) a possibilidade de fechar as fronteiras. Os suíços, como disse o próprio chefe do departamento de refugiados, Peter Arbens, vivem hoje um estado de pavor de imigrantes (*O Globo*, 7 jul. 1991).

Itália cria ministério para conter imigração (*O Globo*, 7 jul.1991).

Essas manchetes poderiam se multiplicar várias vezes expressando não só que o colapso do terceiro mundo leva milhões de pessoas a buscarem o exílio econômico nos países mais desenvolvidos, como o agravamento do desemprego no primeiro mundo torna a situação cada vez mais dramática. As estatísticas de desemprego do terceiro mundo e a total desproteção social dos desempregados é alarmante.

Por trás dessas manchetes, todavia, estudos de maior densidade como os de Therborn, cujo prólogo inicia com a afirmação de que "el desempleo se há convertido en là plaga del capitalismo avanzado de los ochenta", revelam-nos uma situação de profunda crise também no primeiro mundo.

A revista *Futuribles*, cujos números 165 e 166, de maio de 1992, se atem ao debate do tempo de trabalho, mostra, paradoxalmente, que enquanto no último meio século o avanço das forças produtivas foi fantástico, a jornada de trabalho, para cada vez mais reduzidos números de trabalhos com emprego estável (não mais de 35%), estagnou, na Europa, ao redor de 40 horas semanais. Cria-se uma situação em que o operariado europeu, com nível mais elevado de consciência política, é forçado a negociar tanto salários quanto o tempo da jornada em condições desfavoráveis, pois as empresas multinacionais ameaçam sair para outros

países. O caso da França parece-nos exemplificativo do que estamos indicando.

Mais perversos são os indícios das agressões aos exilados econômicos, cidadãos de segunda categoria, na Alemanha e outros países europeus, e as pressões que tem começado a aparecer em diferentes países, por parte de trabalhadores empregados que reclamam de manter, mediante impostos cada vez mais pesados, os desempregados.

Uma sociologia do trabalho que atente para as relações sociais de produção marcadas pela exclusão social crescente, cujos resultados e a exclusão de amplos setores capitalistas do mercado e uma crescente e brutal concentração de capital nas mãos de poucos — tendência que exacerba a crise dos anos 90, como indicamos na análise de Kurz — deveria mostrar, como analisa Francisco de Oliveira, que nesta circunstância perversamente o trabalhador luta para ser mercadoria, já que o fato de ser empregado (mesmo sob a exploração) é menos dramática que o desemprego ou o subemprego. Ou aprendido de outra forma, como a espõe Alliez, o tempo livre, ao contrário de se constituir um mundo de liberdade, de fruição, do lúdico, um novo "modo de vida", torna-se tempo escravizado, tormento do desemprego e do subemprego.

A analogia que poderíamos fazer é de que a libertação dos escravos, que se constituiu como condição de funcionamento das relações capitalistas de produção e como elemento ideológico importante para justificar a legalidade capitalista, sob o capitalismo não significou efetivamente uma libertação. Em certas circunstâncias o "liberto", tanto pelas condições objetivas da nova relação de trabalho marcada pela cultura escravocrata e acrescida de legalidade capitalista e pelas condições subjetivas do próprio escravo, caiu numa situação pior que a de escravo, pelo menos na perspectiva de sua redução material. No Brasil, produziu-se toda uma legislação de violência legal sobre o "liberto", como a "lei da vadiagem".

Na moderna sociedade das mercadorias, sob a égide da tecnologia flexível, das máquinas inteligentes, da robótica e do fantástico campo da microeletrônica, microbiologia e da engenharia genética, a libertação do homem das máquinas que o embrutecem — e portanto da tecnologia que tem a virtualidade de liberar o homem para um tempo maior para o mundo

da liberdade, do lúdico —, paradoxalmente o escraviza e o subjuga, sob as relações de propriedade privada e de exclusão, ao desemprego e ao subemprego. A profundidade da crise consiste exatamente em que a repetição da história, sob estas condições de avanço das forças produtivas, torna cada vez mais difícil esconder a farsa. Ou seja, a libertação do trabalhador do trabalho alienado, sem romper com as relações de alienação, ao contrário de eliminá-la é uma forma de ampliá-la.

A não acuidade de Offe para analisar a questão do trabalho abstrato, trabalho mercadoria, em um nível da radicalidade das relações de exclusão, deriva, a nosso ver, da própria opção teórica e epistemológica de abandono da análise materialista histórica, da dialética contraditória da realidade histórica, e inscreve-se numa perspectiva racionalista e funcionalista. Inscreve-se, portanto, na perspectiva da concepção dos "fatores", cuja crítica profunda e sintética foi feita por Kosik.

A teoria dos fatores assevera que um fator privilegiado, a economia, determina todos outros — como o Estado, o direito, a arte, a política, a moral — mas deixa de lado o problema de como surge e se configura o complexo social, isto é, a sociedade como formação econômica; e pressupõe a existência de tal formação como um fato já dado, como forma exterior ou como campo onde um fator privilegiado determina todos os outros.

Na análise de Offe o que vai aparecer é que a formação econômica, as relações econômicas e o trabalho, enquanto relação social, dimensão ontológica, se reduzem a fatores. Perante a crise das relações sociais econômicas capitalistas e a crise do trabalho abstrato, da forma mercadoria força de trabalho, que é profunda, por inscrever-se na lógica da análise dos fatores, busca deslocar o eixo da análise na procura de outro fator determinante: as categorias amplas de "sentido da vida", "cotidiano" e "espaço vital". Por esse caminho, mesmo que o autor não demonstre ter sido superada, rompida, a relação capital-trabalho — relação de alienação, de antagonismo, de conflito, porque de violência (física e simbólica), que funda as classes fundamentais —, conclui que a "ação comunicativa", por afastar-se da teoria dos conflitos, dá conta melhor da "dinâmica social das sociedades modernas".

É novamente Kosik que nos permite apreender sob que concepção de trabalho Offe opera sua análise:

Na sociologia do trabalho, na psicologia do trabalho (...) e nos respectivos conceitos, psicológicos e econômicos etc, se examinam e se fixam determinados aspectos do trabalho; enquanto isso, o problema central — o que é o trabalho — ou é compreendido em si mesmo como um pressuposto não analisado e feito acriticamente (...) ou então é conscientemente afastado da ciência como "problema metafísico". (...) Embora não pareça haver nada mais notório e banal do que o trabalho, está demonstrado que nesta pretensão cotidiana e na sua sistematização sociológica não se pensa no trabalho em sua essência e generalidade, mas sob o termo trabalho se entendem os processos de trabalho, a operação de trabalho, os diversos tipos de trabalho e assim por diante.

Contrastando com essa perspectiva de trabalho, Kosik resgata o sentido ontológico do trabalho. Sentido este imprescindível para não esbarrar no reducionismo da concepção dos fatores:

O trabalho, na sua essência e generalidade, não é atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha e que, de retorno, exerce uma influência sobre a sua psique, o seu *habitus* e o seu pensamento, isto é, sobre esferas parciais do ser humano. O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade. Só o pensamento que revelou que no trabalho algo de essencial acontece para o homem e o seu ser, que descobriu a íntima, necessária conexão entre os problemas "o que é o trabalho" e "quem é o homem", pode também iniciar a investigação científica do trabalho em todas as suas formas e manifestações (...) e bem assim a investigação da realidade humana em todas as suas formas e manifestações.

A questão crucial em relação à análise de Offe não é que ele não consiga descrever questões objetivas do cotidiano da crise do trabalho e da sociedade do trabalho. O problema está no fato de que, ao abandonar a perspectiva ontológica do trabalho, desenvolve uma análise repleta de "sofismas de composição", ou seja, quanto emprego, tarefa, ocupação, deduz a crise do trabalho na sua dimensão ontológica. Da mudança do conteúdo do trabalho, da divisão do trabalho, de seu caráter mais mate-

rial ou intelectual e da própria quantidade social de trabalho necessário à satisfação das necessidades humanas (sempre históricas e, portanto, não finitas), não se pode deduzir a perda de seu significado central na criação do devenir humano.

Como nos indica Paola Manacorda, "os referenciais se tornam velhos quando não têm mais capacidade explicativa e não porque se enfrentam com problemas novos".

Considerações finais

As colocações anteriormente expostas têm amplas implicações para a luta hegemônica que se trava no âmbito das classes e dos movimentos sociais, no plano sindical e dos processos educativos, hoje, no Brasil.

Nas relações sociais dominantes no Brasil, o retrospecto histórico evidencia-nos que o trabalho e sua relação com a educação tem sido tomado predominantemente na sua dimensão alienada e fetichizada. Daí derivam programas e políticas de formação humana demarcado pelo adestramento e pelo treinamento e um sistema escolar excludente e elitista. Esta situação prolonga-se de forma contundente até hoje.

Das estruturas educacionais organizadas, especialmente a partir dos anos 40 — Sistema de Formação Profissional (Senai, Senac) e Sistema de Ensino Técnico de segundo grau — às lutas mais amplas dos educadores por uma escola com uma base unitária de formação tecnológica ou politécnica, o horizonte é de um processo adaptativo às demandas de processo produtivo, mediante uma formação Polivalente.

Mais que contraposição de conceitos, como querem fazer crer alguns críticos das lutas pela ampliação dos processos participativos, das lutas pela democracia substantiva na sociedade e nas instituições educativas, tratam-se de demarcações teóricas e políticas que balizam processos de manutenção do *status quo*, da exclusão social e da ruptura destes processos. Os embates que se travam no âmbito das reformas estruturais apontadas na nova Constituição (reforma agrária, distribuição de renda, mudanças de estrutura de governo) são indicativos. No plano

educacional, o processo de definição na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que se prolonga, aproximadamente, há quatro anos, expõe exemplarmente o caráter oligárquico e escravocrata que ainda domina nossas elites.

As teses da não centralidade do trabalho, do fim do trabalho, da visão feiticizada da tecnologia tomada como "fator" independente das relações sociais, capaz *at per se* nos levar à sociedade "pós-capitalista", pós-industrial, longe de nos ajudar a penetrar na rebeldia das relações de exclusão cada vez mais perversas da sociedade capitalista contemporânea, podem reforçar perspectivas conservadoras. A análise concreta das relações de produção que, sob as formas atuais, torna a luta pelo trabalho assalariado indicação de uma situação menos perversa e alienadora do que o desemprego e subemprego, torna-se ao mesmo tempo uma tarefa teórica, política e ética.

O enfrentamento desse desafio implica a capacidade de atuar no plano das contradições, ou seja, na crítica, e de combater, em todos os espaços, a forma alienadora, fragmentária e excludente das relações sociais. Neste embate, a luta pela democratização dos processos de conhecimento é fundamental.

Referências bibliográficas

- BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. 6.cd.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1985.
- FAUSTO, Boris. Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945). *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n.20, p.6-37, mar. 1988.
- FIGUEIREDO, Paulo A. O Estado Nacional e a valorização do homem. *Revista de Cultura Política*, v.3, n.28, p.43-61, jun. 1943.
- FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI, 1986. 5v.
- FRANCO, Maria A. Ciavatta. O trabalho como princípio educativo da criança e do adolescente: uma discussão necessária. São Paulo, 1989. mimeo. Seminário Internacional "A criança e o adolescente de baixa renda nas metrópoles". São Paulo, 4 a 7 out. 1989.

- _____. O trabalho como princípio educativo: Uma investigação teórico-metodológica. Rio de Janeiro, 1990. Tese (Doutorado) — PUC-RJ.
- FRANCO, Maria A. Ciavatta, SIMON, Maria Célia. Educação e Trabalho: dois temas de "salvação nacional" no alvorecer dos anos 30. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1987. Relatório de pesquisa.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambigüidades. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v.II, n.3, p. 175-192, set./dez. 1985.
- GOMES, Angela M. de C. A construção do homem novo. O trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia L. de. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ: Vértice, 1988.
- _____. *-Burguesia e trabalho. Política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- IANNI, Octávio. O ciclo da Revolução Burguesa no Brasil. *Temas Ciências Humanas*, n. 10, p. 1-34, 1981.
- _____. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MALLART, José. *La escuela del trabajo: colônias de educación*. Buenos Aires: Losada, 1949.
- MANACORDA, Mário A. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. *La alternativa pedagógica*. Barcelona: Fontamara, 1981.
- _____. *Marx e a pedagogia moderna*. Lisboa: Iniciativas Ed., 1975.
- _____. Humanismo em Marx e industrialismo em Gramsci. In: SILVA, T.T. da. *Trabalho, educação e prática social*, Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p.94-116.
- MORAES, J. Mello. Depoimento do Dr. J. Mello Moraes. In: AZEVEDO, Fernando de. *A educação pública em São Paulo. Problemas e discursos. Ensino técnico-profissional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1926.
- MORAES, Deodato de. Escola do trabalho, escola nacionalizadora. *Revista de Cultura Política*. Rio de Janeiro, v.3, n.24, p.98-103, fev. 1943.

- NOSELLA, R Trabalho e educação. In: FRIGOTTO, G. (Org) *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1987.
- RODRIGUES, José H. *Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil*. São Paulo: Global, 1984.
- ROSSI, Wagner G. *Pedagogia do trabalho: caminhos da educação socialista*. São Paulo: Moraes, 1982.
- *Pedagogia do trabalho: rates da educação socialista*. São Paulo: Moraes, 1981.
- SANTOS, Wanderley G. dos. A praxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa. In: ORDEM burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- . *Cidadania e justiça*. São Paulo: Campus, 1979.
- OMAZ, Suely B. Os impasses e as perspectivas do ensino de 2º grau: o caso concreto do Colégio Estadual Henrique Lage. Niterói, 1985. Dissertação (Mestrado) — UFF.
- RGAS, Getúlio. Educação. Da mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v.2, n.8, p.1-6, 1993.
- *A nova política do Brasil: da Aliança Liberal às realizações do 1º ano de governo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

Recebido em 3 de fevereiro de 1994.

Maria Ciavatta Franco, doutora em Ciências Humanas (Educação Brasileira), é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Gaudêncio Frigotto, doutor em Educação, é professor titular na Faculdade de Educação da referida universidade.

This article is a synthesis of some of the dimensions discussed in the research "Work-Education: alternative Sources of the history of education in Brazil". Starting from a perspective that concepts and categories need to be understood as historically constructed products, the ar-

ticle examines, within the capitalist social relations, the question of the school of work and the centrality of labour.

Ce texte sintetize quelques dimensions qu 'ont été discutées dans la recherche sur la relation travail-éducation: "Sources alternatives de l 'histoire de l 'éducation au Brésil. A partir de la perspective que considère que pour bien comprendre le concepts et catégories il faut les comprendre comme produits qu 'ont été construits historiquement, l 'article analyse, dans l 'intérieur des relations Sociales capitalistes, la question de l 'école du travail et de la place central du travail.

Este texto sintetiza algunas de las dimensiones discutidas en la investigación "Educación y Trabajo: fuentes alternativas de historia de la educación en Brasil". Partiendo de la perspectiva de que comprender los conceptos y las categorías implica entenderlos como productos historicamente construídos, el artículo analiza, en el interior de las relaciones Sociales capitalistas, la cuestión de la escuela del trabajo y de la centralidad del trabajo.